

DIREITO CONSTITUCIONAL

01- Assinale a opção correta.

- a) Emenda à Constituição pode instituir a pena de morte para crimes hediondos.
- b) Deve ser considerada inconstitucional toda a emenda à Constituição que tenha por objeto dispositivo protegido como cláusula pétrea.
- c) Somente os direitos e garantias individuais previstos expressamente no art. 5º da Constituição estão protegidos contra emendas à Constituição.
- d) É inconstitucional emenda à Constituição que crie imposto da União, sujeitando a tal imposto não somente pessoas físicas e pessoas jurídicas de direito privado, como também pessoas jurídicas de direito público, como Estados e Municípios.
- e) Por meio de proposta de mais da metade das Assembleias Legislativas das unidades da Federação, o Congresso Nacional pode votar e promulgar emenda à Constituição que transforme o Estado Federal brasileiro em Estado unitário.

02- Da constituição que resulta do trabalho de uma Assembleia Nacional Constituinte, composta por representantes do povo, eleitos com a finalidade de elaborar o texto constitucional, diz-se que se trata de uma constituição:

- a) Outorgada
- b) Histórica
- c) Imutável
- d) Promulgada
- e) Dirigente

03 - Assinale a opção correta.

- a) A garantia constitucional do direito adquirido não pode ser invocada para se obstar a incidência de norma constitucional editada pelo Poder Constituinte Originário.
- b) De acordo com a jurisprudência pacífica do STF, é inconstitucional a lei que diverge de norma constante de tratado sobre direitos humanos de que o Brasil seja parte.
- c) As emendas à Constituição têm *status* hierárquico inferior às normas da Constituição elaboradas pelo próprio poder constituinte originário.

- d) Normas que constituem cláusulas pétreas têm *status* hierárquico superior ao das demais normas constantes do texto constitucional.
- e) Normas constitucionais que não sejam auto-executáveis não possuem valor jurídico, exprimindo, tão-somente, um programa político de governo.

04- Suponha que uma lei recém-editada venha a ser declarada inconstitucional pelo STF, em uma ação direta de inconstitucionalidade. À vista disso, assinale a opção correta.

- a) A declaração de inconstitucionalidade, em princípio, não tem como interferir sobre as relações jurídicas formadas antes do julgamento do STF.
- b) A declaração de inconstitucionalidade somente terá eficácia depois que a lei tida como inválida for suspensa pelo Senado Federal.
- c) Dado o enunciado da questão, é possível afirmar que, necessariamente, a lei em questão não é municipal.
- d) Se o autor da ação direta de inconstitucionalidade for uma autoridade federal, é possível afirmar que, necessariamente, a lei será federal.
- e) Nada impede que, numa ação declaratória de constitucionalidade, posteriormente ajuizada, o STF reveja a sua posição e afirme a validade e plena eficácia da lei que antes dissera ser inconstitucional.

05- Assinale a opção correta.

- a) Uma constituição que não prevê procedimento de reforma do seu texto é denominada constituição rígida.
- b) Uma proposta de emenda à Constituição rejeitada no Congresso Nacional somente pode ser reapresentada para deliberação em uma outra legislatura.
- c) Por expressa determinação constitucional, admite-se que proposta de emenda à Constituição seja apresentada no Congresso Nacional por iniciativa popular.
- d) A proposta de emenda à Constituição aprovada na Câmara dos Deputados, mas rejeitada no Senado Federal, pode ser promulgada se a Câmara, em novo escrutínio, mantiver o texto inicial.
- e) Tanto a proposta de emenda à Constituição como a própria emenda à Constituição podem ser declaradas inconstitucionais pelo Judiciário.

06- Sabendo que o Código Tributário Nacional (CTN) foi editado antes da Constituição de 1988, sob a forma de lei ordinária, é possível afirmar que as normas do CTN que regulam limitações constitucionais ao poder de tributar

- a) continuam em vigor, desde que o seu conteúdo seja concordante com as normas da Constituição de 1988.
- b) são consideradas revogadas pela nova Constituição, uma vez que esta exige para o tratamento da matéria o instrumento normativo da lei complementar. Resguardam-se, porém, direitos adquiridos.
- c) podem ser declaradas, pelo STF, em ação direta de inconstitucionalidade, supervenientemente inconstitucionais, por não se revestirem da forma de lei complementar.
- d) são tecnicamente consideradas repristinadas pela nova ordem constitucional, depois de assim afirmado pelo Supremo Tribunal Federal.
- e) uma vez que o poder constituinte originário dá início ao ordenamento jurídico, as normas referidas no enunciado devem ser tidas como revogadas desde o advento da Constituição de 1988, nada obstando, porém, que o Congresso Nacional as revigore expressamente, por ato legislativo com efeitos retroativos.

07- Não constitui direito fundamental do trabalhador:

- a) gozo de férias anuais remuneradas com, pelo menos, um terço a mais do que o salário normal.
- b) décimo terceiro salário com base na remuneração integral.
- c) proibição de diferença de salários por motivo de idade.
- d) descanso aos domingos.
- e) irredutibilidade do salário, salvo o disposto em convenção ou acordo coletivo.

08- Assinale a opção correta.

- a) É ilegítimo, por ferir a garantia constitucional da ampla defesa, todo indeferimento de prova pedida por acusado em processo administrativo.
- b) O indivíduo que invoca motivo de crença religiosa para se eximir de obrigação legal a todos imposta e que se recusa a cumprir prestação alternativa fixada em lei pode ser privado de direitos.

- c) Não se pode declarar inconstitucional uma lei pelo fato de ela ser manifestamente desarrazoada.
- d) O membro do Ministério Público pode decretar a prisão de pessoa submetida à sua investigação criminal, sempre que isso for necessário para proteger testemunhas do caso.
- e) Porque a vida privada é inviolável, repugna ao sistema constitucional brasileiro a quebra de sigilo bancário.

09- A respeito da intervenção federal, assinale a opção correta.

- a) A União pode requerer a intervenção federal em qualquer outra entidade da Federação brasileira que descumpra decisão do Supremo Tribunal Federal.
- b) Qualquer Município brasileiro que, na esfera da sua competência, não esteja protegendo os direitos básicos da pessoa humana, sujeita-se à intervenção federal.
- c) Qualquer Estado-membro que suspenda o pagamento da dívida fundada por mais de dois anos consecutivos, sem motivo de força maior, sujeita-se à intervenção federal.
- d) Antes de decretar a intervenção federal, o Presidente da República deve, em qualquer caso, aguardar provimento do Supremo Tribunal Federal de representação para fins interventivos, proposta pelo Advogado-Geral da União.
- e) Nada impede que seja votada e promulgada emenda à Constituição, estando em curso uma intervenção federal.

10- Assinale a opção correta.

- a) Das decisões do Tribunal de Contas da União não cabe revisão judicial.
- b) O Supremo Tribunal Federal é o foro próprio para o julgamento de mandado de segurança contra ato do Presidente da República.
- c) O Supremo Tribunal Federal tem competência exclusiva para julgar o Presidente da República nas ações populares propostas contra ele.
- d) Somente o Supremo Tribunal Federal pode declarar a inconstitucionalidade de lei federal.
- e) Incumbe ao Tribunal de Contas da União exame prévio da legalidade de todo contrato celebrado no âmbito da Administração Pública Federal.

11- Não cuida de assunto a ela vedado a medida provisória que

- a) cria adicional por tempo de serviço para os servidores públicos federais.
- b) disciplina como os partidos políticos devem-se coligar para disputar eleições presidenciais.
- c) estabelece requisitos para a promoção de servidores públicos federais, de Procuradores da República e de Juizes Federais nas respectivas carreiras.
- d) agrava as penas para crimes cometidos contra a Administração Pública.
- e) modifica a lei orçamentária em vigor, para viabilizar o pagamento de vantagens pecuniárias a servidores públicos.

12- Suponha que uma medida provisória tenha aumentado as alíquotas do imposto de renda. É correto dizer que o aumento

- a) não pode ser cobrado nunca, porque medida provisória não pode majorar alíquota de imposto.
- b) somente poderá ser cobrado depois que a medida provisória for convertida em lei.
- c) somente poderá ser cobrado noventa dias depois de a medida provisória ser convertida em lei.
- d) somente poderá ser cobrado no ano seguinte àquele em que a medida provisória for convertida em lei.
- e) somente poderá ser cobrado no exercício seguinte àquele em que a medida provisória tiver sido editada e, ainda assim, desde que a medida provisória tenha sido convertida em lei até o último dia do exercício financeiro em que foi editada.

13- Assinale a opção correta.

- a) Somente os Estados-membros, o Distrito Federal e os Municípios têm competência para instituir taxas.
- b) Embora não possa haver dois impostos com a mesma base de cálculo, nada impede que uma taxa tenha a mesma base de cálculo de um imposto.
- c) Pertence integralmente à União o produto da arrecadação dos impostos por ela instituídos.

- d) O Poder Executivo está constitucionalmente autorizado a alterar, por decreto, alíquotas do imposto territorial rural, a fim de garantir a eficácia do princípio da progressividade.
- e) É inconstitucional a isenção instituída pela União, na vigência da Constituição de 1988, de tributo da competência dos Estados-membros.

14- Segundo a Constituição Federal, a competência da União para emitir moeda é exercida exclusivamente pelo

- a) Presidente da República
- b) Banco Central
- c) Banco do Brasil
- d) Ministério da Fazenda
- e) Conselho Monetário Nacional

15- Sobre a desapropriação, assinale a opção correta.

- a) A desapropriação por interesse social, para fins de reforma agrária, somente pode acontecer depois de paga a justa indenização em dinheiro ao expropriado.
- b) A propriedade produtiva é insuscetível de desapropriação para fins de reforma agrária.
- c) Não se indenizam benfeitorias úteis e necessárias em caso de desapropriação para fins de reforma agrária.
- d) A Constituição expressamente admite a desapropriação para fins de reforma agrária de imóveis tanto rurais como urbanos.
- e) As operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária estão sujeitas a todos os impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre a alienação de bens imóveis.

DIREITO ADMINISTRATIVO

- 16- A Lei nº 9.784, de 29/01/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, impõe a observância de alguns princípios já previstos expressamente na Constituição então vigente, tais como os de
- a) legalidade, moralidade, eficiência e ampla defesa.
 - b) legalidade, razoabilidade, publicidade e economicidade.
 - c) legitimidade, segurança jurídica, economicidade e publicidade.
 - d) eficiência, eficácia, impessoalidade e proporcionalidade.
 - e) impessoalidade, publicidade, motivação e eficácia.
- 17- A legalidade, como elemento sempre essencial dos atos administrativos em geral, consiste em que o seu objeto
- a) não seja vedado em lei.
 - b) não viole expressa disposição de lei.
 - c) seja expressamente previsto em lei.
 - d) seja expressamente autorizado em lei.
 - e) seja autorizado ou permitido em lei.
- 18- Ao Tribunal de Contas da União, no exercício da sua função institucional de controle externo, compete apreciar para fim de registro os atos de admissão de pessoal da Administração Pública Federal,
- a) excluídos os das sociedades de economia mista.
 - b) inclusive das empresas privadas concessionárias de serviços públicos.
 - c) inclusive para cargos de provimento em comissão.
 - d) exceto para cargos de provimento em comissão.
 - e) exceto para cargos de órgãos do Poder Judiciário.
- 19- Como entidades da Administração Pública Federal Indireta, as autarquias e empresas públicas podem ter em comum, por lhes serem iguais,
- a) a sua natureza jurídica.
 - b) a imunidade fiscal.
 - c) o foro da Justiça Federal.
 - d) o regime jurídico dos seus servidores.
 - e) o fato de constituírem um serviço público essencial personificado.
- 20- Integram a Administração Pública Federal Indireta e estão sujeitas ao controle do Tribunal de Contas da União, as entidades caracterizadas como
- a) autarquias, empresas públicas e concessionárias de serviço público.
 - b) partidos políticos e organizações sindicais.
 - c) organizações sindicais, com os seus serviços sociais autônomos.
 - d) cartórios judiciais e extrajudiciais.
 - e) fundações públicas e universidades fundacionais públicas.
- 21- O servidor público da Administração Direta Federal, no exercício de mandato eletivo,
- a) tratando-se de mandato eletivo federal, ficará afastado do seu cargo.
 - b) se investido no mandato de vereador, terá de afastar-se do seu cargo sem remuneração.
 - c) se investido no mandato de prefeito, terá de afastar-se do seu cargo sem direito à remuneração.
 - d) se investido no mandato de prefeito ou de vereador, poderá permanecer no seu cargo, cumulativamente.
 - e) se investido no mandato de prefeito ou vereador, terá de afastar-se do seu cargo, mas com direito a manter sua remuneração.
- 22- O servidor nomeado para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público adquire estabilidade
- a) após dois anos de exercício.
 - b) após três anos de exercício.
 - c) após cinco anos de exercício.
 - d) quando toma posse.
 - e) quando entra em exercício.

23- O servidor do sexo masculino, que seja titular de cargo público federal de provimento efetivo, não sendo professor nem magistrado, cuja investidura ocorreu a partir do ano de 1999, já na vigência da Emenda Constitucional nº 20/98, tem direito à aposentadoria, com proventos integrais, desde que

- a) por causa de qualquer invalidez permanente.
- b) atinja a idade limite de 70 anos.
- c) complete 35 anos de contribuição.
- d) complete 60 anos de idade, com 35 anos de contribuição.
- e) complete 65 anos de idade, com 30 anos de contribuição.

Julgue a assertiva abaixo e assinale a opção correspondente.

24- De acordo com disposição expressa da Lei nº 9.784/99, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, não podem ser objeto de delegação a edição de atos de caráter normativo, a decisão de recurso administrativo e as matérias de competência exclusiva de órgão ou autoridade.

- a) Correta a assertiva.
- b) Incorreta a assertiva, porque pode ser delegada a edição de ato normativo.
- c) Incorreta a assertiva, porque pode ser delegada a decisão em recurso administrativo.
- d) Incorreta a assertiva, porque pode ser delegada a matéria de competência exclusiva de órgão ou autoridade.
- e) Incorreta a assertiva, porque podem ser delegadas quaisquer das hipóteses previstas.

25- De acordo com as normas gerais, estabelecidas na Lei nº 8.666/93, no concernente ao regime jurídico dos contratos administrativos em geral, pode-se asseverar que

- a) é permitido contrato com prazo de vigência indeterminado.
- b) em certos casos é permitido o contrato verbal.
- c) o instrumento formal é facultativo nos casos de tomadas de preço.
- d) o instrumento formal é facultativo nos casos de dispensa ou inexigibilidade de licitação.
- e) tais normas não se aplicam aos contratos de seguro e de locação em que o Poder Público seja locatário.

26- No contexto do controle externo da Administração Pública Federal, quanto ao que concerne ao Tribunal de Contas da União, pode-se afirmar ser correto que

- a) das suas decisões cabe recurso para o Congresso Nacional.
- b) as suas decisões são insusceptíveis de revisão judicial.
- c) escapam da sua jurisdição os órgãos do Poder Legislativo.
- d) lhe compete sustar a execução de contrato por ele impugnado por vício de ilegalidade não sanada.
- e) lhe compete aplicar multa aos responsáveis por despesa ilegal, cuja decisão tem eficácia de título executivo.

27- Para a alienação dos bens imóveis da União, cuja aquisição haja derivado de procedimento judicial ou dação em pagamento, uma vez observadas as normas legais pertinentes, conforme previsão expressa na Lei nº 8.666/93, que instituiu normas gerais para licitações e contratos da Administração Pública, será sempre

- a) inexigível licitação.
- b) dispensável licitação.
- c) necessário fazer concorrência ou leilão.
- d) necessário fazer concorrência.
- e) necessário fazer leilão.

28- O instituto jurídico de intervenção do Estado na propriedade privada, impositiva de ônus real de uso pela Administração, para assegurar a realização e conservação de obras e serviços públicos ou de utilidade pública, mediante indenização dos prejuízos efetivamente suportados pelo proprietário, é uma forma de

- a) desapropriação
- b) servidão administrativa
- c) limitação administrativa
- d) requisição administrativa
- e) ocupação temporária

29- Incluem-se entre os bens da União, na sua totalidade e enquanto estejam no território nacional,

- a) as terras devolutas.
- b) as ilhas fluviais e lacustres.
- c) os lagos e rios navegáveis.
- d) as praias marítimas.
- e) as ilhas costeiras.

30- A União Federal responde pelos danos que seus servidores nessa qualidade causarem a terceiros,

- a) mas só no caso de culpa do agente.
- b) mas só no caso de dolo do agente.
- c) independentemente de haver culpa ou dolo do agente.
- d) independentemente de haver culpa ou dolo do paciente.
- e) mesmo se houver culpa do paciente.

ADMINISTRAÇÃO

31- Julgue as sentenças relativas às diferenças entre administração patrimonial e administração burocrática.

- I. A administração burocrática é impessoal no sentido de que há uma separação entre o ocupante e o cargo.
- II. Patrimonialismo baseia-se na salvaguarda do patrimônio público em relação aos interesses privados.
- III. Clientelismo é uma prática patrimonial na medida em que implica a apropriação privada do cargo.
- IV. Caráter racional-legal está diretamente relacionado à ética da convicção ou do valor absoluto.
- V. Prebendas e sinecuras são formas patrimonialistas de ocupação.

A quantidade de itens corretos é igual a

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

32- Julgue as sentenças abaixo. A crise do modelo burocrático weberiano está associada

- I. às limitações intrínsecas do modelo no sentido de promover a integração dos objetivos organizacionais e individuais, conforme demonstrado pelos fundadores da sociologia organizacional.
- II. ao esgotamento das condições econômicas que permitiram a emergência do *welfare state*, a partir de eventos sinalizadores tais como a quebra do padrão ouro do dólar e a flutuação da libra.
- III. à emergência de abordagens do campo do neoinstitucionalismo econômico, entre as quais a teoria da escolha pública, que denuncia o caráter de inconfiabilidade e ineficiência da burocracia pública relativamente ao mercado.
- IV. ao fortalecimento dos canais de representação de interesses do sistema político institucional.
- V. à revitalização da sociedade civil no sentido de buscar autoprover-se de determinados bens públicos de forma relativamente autônoma.

Estão corretos apenas os itens

- a) I, II e III
- b) I, III e IV
- c) II, III e V
- d) II, IV e V
- e) III, IV e V

33- Julgue as sentenças a respeito do paradigma pós-burocrático, da administração pública gerencial e da nova administração pública.

- I. O ideal do movimento da nova administração pública nos anos 60 era a superação da burocracia no sentido do resgate da racionalidade substantiva dos sistemas administrativos.
- II. O termo “pós-burocrático” está mais associado à relativa perda de poder das organizações públicas contemporâneas que às emergentes novas formas organizacionais discrepantes do tipo ideal weberiano.
- III. A abordagem do *new public management* é mais um recurso estruturador da discussão sobre as transformações ocorridas na gestão pública nas duas últimas décadas que um paradigma prescritivo de reforma do estado.
- IV. A “administração pública gerencial” busca diferenciar-se da burocrática no sentido de que se proclama orientada para resultados, focada no cidadão, flexível e aberta ao controle social.
- V. A implementação da “administração pública gerencial”, conforme proposta pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado, requer prévia implementação da administração burocrática e completa eliminação da administração patrimonial.

Estão corretos apenas os itens

- a) I, II e III
- b) I, III e IV
- c) I, IV e V
- d) II, III e V
- e) III, IV e V

34- Os processos de reformas administrativas nos países anglo-saxões enfatizam:

- a) promoção do controle social e da permeabilidade das organizações públicas aos seus segmentos beneficiários.
- b) promoção da qualidade dos serviços públicos, redução da exclusão social e combate à corrupção.
- c) promoção de parcerias com a sociedade civil organizada para formulação e implementação de políticas ativas de desenvolvimento.
- d) redução da despesa pública, revitalização das instituições político-democráticas e defesa de direitos civis e humanitários.

- e) aplicação de tecnologias emergentes de comunicações e informação nos serviços públicos e programas abrangentes de reforma dos poderes Legislativo e Judiciário.

35- Julgue as sentenças a respeito da evolução da Administração Pública no Brasil.

- I. A descontinuidade política, a hipertrofia, o desvirtuamento de funções modernizadoras e a ênfase nos aspectos formais são fatores que contribuíram para a baixa sustentabilidade das reformas administrativas daspeanas.
- II. A progressiva incorporação das estruturas paralelas ao corpo da burocracia governamental e a incidência de empreguismo são fatores que contribuíram para a baixa sustentabilidade das transformações administrativas no governo JK.
- III. A exaustão do modelo de planejamento governamental centralizado e o insulamento de estruturas da administração indireta são fatores disfuncionais das reformas administrativas do regime militar entre 1964 e 1995.
- IV. O progressivo engessamento burocrático a partir da excessiva padronização de regras que regulam a gestão pública é uma consequência da Constituição de 1988.
- V. A proliferação das agências executivas é um fator de sucesso da reforma gerencial de 1995.

A quantidade de itens corretos é igual a

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

36- Entre os anos de 1927 e 1933, o professor Elton Mayo conduziu experimentos com grupos de trabalhadores da Western Electric. O objetivo da pesquisa era identificar o efeito da iluminação do ambiente no desempenho dos trabalhadores. As conclusões desse estudo foram de tal importância para o pensamento administrativo da época que é considerado como o marco inicial da escola das relações humanas no trabalho. Sobre as conclusões desse experimento, assinale a opção correta.

- a) Uma melhor iluminação tem relação direta com o aumento da produtividade.
- b) Os trabalhadores devem ser responsáveis pela organização do ambiente de trabalho.
- c) Incentivos financeiros são indispensáveis na motivação dos empregados.
- d) A influência do sistema social sobre o desempenho individual é mais importante que os métodos de trabalho.
- e) O atendimento às necessidades de auto-realização só é buscado após as necessidades sociais estarem atendidas.

37- Herbert Simon contrapôs a idéia do *homos economicus*, que considerava ser uma concepção passiva, com o que denominou “homem administrativo”. Com esse conceito procurava mostrar que

- a) o comportamento humano na organização não é pautado apenas pelos aspectos materiais e recompensas financeiras.
- b) o indivíduo administra suas emoções dentro da organização de forma diferente do que faz em sua vida privada.
- c) as decisões do indivíduo na organização são tão mais programadas quanto maior é o nível hierárquico.
- d) a emoção e a intuição são mais importantes que a racionalização no processo decisório empresarial.
- e) no processo de tomada de decisão na organização não são consideradas todas as alternativas possíveis, buscando-se apenas uma decisão satisfatória.

38- Sobre cultura organizacional, assinale a opção correta.

- a) Uma forte cultura organizacional é aquela onde predomina o autoritarismo e a centralização das decisões.
- b) A realização de convenções, reuniões anuais e premiações são instrumentos utilizados para reforçar aspectos da cultura organizacional.
- c) Os valores, princípios e crenças organizacionais devem ser definidos no planejamento estratégico.
- d) As organizações são como pequenas sociedades com padrões distintos e homogêneos de cultura.
- e) Não é possível alterar-se a cultura organizacional.

39- Com o texto a seguir, retirado do livro *Imagens da Organização*, Gareth Morgan visa introduzir o que denomina “metáfora política”, perspectiva pela qual procura compreender as organizações:

“Algumas organizações [...] podem ser muito autoritárias, enquanto outras podem ser modelos de democracia. Ao reconhecer que a organização é intrinsecamente política, no sentido de que devem ser encontradas formas de criar ordem e direção entre pessoas com interesses potencialmente diversos e conflitantes, muito pode ser apreendido sobre os problemas e a legitimidade da administração como um processo de governo e sobre a relação entre organização e sociedade.”

Sobre a questão do conflito e poder nas organizações, assinale a opção correta.

- a) O poder é o meio pelo qual são resolvidos conflitos de interesse.
- b) A visão pluralista do poder organizacional considera interesses antagônicos, segundo uma perspectiva marxista.
- c) O conflito e a prática da política organizacional, embora reconhecidos como existentes, devem ser considerados como distorções.
- d) O reconhecimento da dinâmica do poder nas organizações reforça a perspectiva da racionalidade organizacional.
- e) A autoridade formal é a única fonte de poder legítima na organização, devendo, portanto exercer controle sobre as demais.

40- Em pesquisa destinada a compreender o papel dos administradores, Henry Mintzberg estudou um grupo de altos executivos em sua atuação diária. Quanto às suas conclusões, assinale a opção correta.

- a) Os resultados obtidos permitiram reforçar a perspectiva de Fayol sobre o papel dos administradores.
- b) A importância do papel desempenhado pelos administradores nas organizações independe do nível hierárquico.
- c) O trabalho dos administradores concentra-se apenas em planejar, dirigir, controlar e organizar.
- d) Não é papel do administrador, exceto em funções específicas, o relacionamento e troca de informações com outras organizações.
- e) A administração de recursos, entre os quais seu próprio tempo e a alocação de tarefas aos subordinados, são papéis decisórios típicos exercidos pelos administradores.

CIÊNCIAS POLÍTICAS E SOCIAIS

41- Considerado por muitos o pensador que inaugura a democracia liberal, John Locke não é o autor da seguinte proposição:

- a) O que caracteriza um homem enquanto indivíduo e o torna distinto e independente de todos os outros é a sua liberdade natural.
- b) Cada homem nasce com um duplo direito: o direito à liberdade de sua pessoa e o direito à propriedade dos seus bens.
- c) Tanto a sociabilidade quanto a sociedade resultam de uma obrigação inscrita na natureza humana, que o homem tem o poder de aceitar ou não, conforme julgue racional ou não.
- d) Os direitos humanos são anteriores ao Estado, resultantes dos direitos naturais, portanto, devem obrigatoriamente ser respeitados por um Estado que pretenda ser legítimo.
- e) Embora seja inadmissível qualquer governo arbitrário, é impossível romper o contrato, pois isso significaria retornar ao estado de natureza, onde só há caos, violência e insegurança.

42- Um dos mais destacados pensadores políticos modernos, Montesquieu responde por importantes formulações da engenharia institucional das democracias contemporâneas. Marque a proposição que não corresponde ao pensamento desse autor.

- a) A liberdade consiste em poder fazer o que se deve querer e não ser obrigado a fazer o que não se deve absolutamente querer.
- b) No estado de natureza o homem vivia em paz justamente porque percebia a sua fraqueza diante da natureza e procurava se fortalecer pela união com seus semelhantes.
- c) Nas repúblicas o povo se orienta pela virtude; nas monarquias os homens agem por razões de honra; no despotismo, o que move os indivíduos é o temor e o servilismo.
- d) Para que as monarquias não degenerem é preciso impedir que existam poderes intermediários, como a nobreza, o clero e as cidades, que são focos de interesses particulares.
- e) Ao contrário dos poderes intermediários, que são subordinados e dependentes, os poderes políticos – como o Parlamento – têm que ser separados, distintos e independentes.

43- Antonio Gramsci foi um dos pensadores contemporâneos que trouxe mais relevantes contribuições ao pensamento marxista. Entre as idéias desse autor, não se inclui a seguinte formulação:

- a) A política deve ser entendida como uma atividade autônoma em relação à infra-estrutura econômica.
- b) A sociedade civil não se situa na esfera da infra-estrutura, mas da superestrutura, ao lado da sociedade política ou Estado.
- c) A destruição do Estado burguês é essencial para qualquer transformação revolucionária e essa destruição só tem como acontecer via confronto armado, já que o Estado é o braço armado da burguesia.
- d) O êxito da revolução socialista depende da sua capacidade para conquistar os fatores que compõem a chamada “superestrutura”, especialmente o conjunto de valores e normas da sociedade.
- e) O conceito crucial é o de hegemonia, compreendido como dominação consentida, ou seja, o predomínio da classe dominante sobre a classe subalterna na sociedade civil.

44- Pensador que primeiro reconhece a política como esfera de atividade própria, Maquiavel representa um marco no pensamento político. Acerca das proposições desse autor, marque a opção correta.

- a) A *Virtù* equivale à *Fortuna*: é a capacidade de escapar ao caos, elevar-se acima do tempo e construir a ordem política.
- b) Ao separar política e religião, Maquiavel descarta o mito de que a história humana é regida pela Providência Divina.
- c) Ao definir “Razão de Estado”, Maquiavel a contrapõe à razão privada, ou seja, distingue a esfera pública, a política e a economia, dos interesses particulares.
- d) Para Maquiavel a natureza humana e a política estão em constante transformação, daí a necessidade da figura do Príncipe como elemento de estabilidade.
- e) A origem do Estado e a legitimidade do Príncipe resultam do pavor dos homens à insegurança da ordem feudal.

45- Thomas Hobbes, pensador da escola contratualista do século XVII, sustentava que os indivíduos voluntariamente optaram pelo estabelecimento de uma ordem civil. A fim de efetuar o contrato que dá origem ao Estado, os indivíduos abririam mão de um amplo leque de direitos naturais. Segundo esse autor, o que levaria indivíduos livres e racionais a abdicar de parte importante de suas liberdades em favor da criação do Estado seria:

- a) o medo da morte, resultante da ausência de uma parte capaz de regular e julgar conflitos entre os indivíduos os quais freqüentemente os colocavam diante de confrontos solucionáveis apenas por meio do extermínio de uma das partes.
- b) o interesse econômico, já que a ausência de um corpo imparcial, capaz de dirimir conflitos e garantir os contratos tornava praticamente inviável o estabelecimento de qualquer atividade econômica regular.
- c) o senso de justiça, que está presente em todo homem e que deriva da compaixão.
- d) o sentido de nação, resultante da agregação espontânea de indivíduos segundo características e laços comuns, como a língua, a etnia, o parentesco etc.

- e) a necessidade de estabelecer uma autoridade imparcial, que deriva da noção comum aos homens racionais de que todos são igualmente incapazes de servir como juizes imparciais nas causas em que estiverem envolvidos.

46- Marque a opção correta sobre o pensamento de Rousseau.

- a) Mediante o contrato social constitui-se um corpo moral coletivo pelo qual todas as vontades individuais compõem a vontade geral, que é a soma dos interesses de cada um, logo, a base da sociedade.
- b) A vontade geral é soberana e sempre pode legitimamente se pronunciar sobre o corpo da nação, pois o soberano é o povo no estado ativo e o povo é o soberano no estado passivo.
- c) A ordem estabelecida mediante o contrato social sucede ao Estado de natureza, uma condição original da humanidade, historicamente demonstrável, no qual o homem vivia como um bom selvagem.
- d) A desigualdade da propriedade é um problema moral, um fato que nenhum homem jamais pode aceitar, somente sendo admissível a distribuição desigual da força física e dos dons mentais.
- e) A liberdade resulta do livre consentimento a uma lei estrita e inviolável, a qual os indivíduos acatam por ter sido aprovada segundo regras legítimas de maioria.

47- Considerando as contribuições de Nicos Poulantzas, Claus Offe e O'Connor ao pensamento marxista, assinale a opção incorreta.

- a) Uma das principais inovações de Poulantzas é a identificação do Estado capitalista como parte das relações de classe na produção. Enquanto o processo de produção capitalista promoveria a socialização das forças produtivas (trabalho) e a concentração do capital, o Estado redefiniria os trabalhadores e os capitalistas, politicamente, como sujeitos individuais, dificultando, assim, a emergência de uma verdadeira consciência de classe capaz de mobilizá-los para a revolução.
- b) Poulantzas questionou a concepção marxista tradicional sobre o Estado capitalista, de acordo com a qual este era o “comitê-executivo” da classe dominante (burguesia). Para este autor seria possível identificar a existência de conflitos de interesse no seio da classe dominante, entre o que ele chamou de “frações de classe”. Na medida em que o Estado capitalista atuaria para manter a dominação burguesa, este necessariamente disporia de uma “autonomia relativa” frente a cada uma das diferentes frações da classe dominante.
- c) Offe inovou em relação ao pensamento marxista tradicional ao propor que o proletariado, quando tomasse o poder, adotasse medidas socialistas. A ditadura do proletariado, porém, deveria ser uma ditadura de classe, não de partido ou grupo, o que significaria uma ditadura baseada “na participação ilimitada e ativa da maioria do povo, na democracia ilimitada”.
- d) O'Connor acrescenta à análise marxista a percepção de que a crise fiscal do Estado é uma forma da contradição geral entre o caráter social da produção e a propriedade privada e acaba por deslocar a luta de classes para a superestrutura e por mudar a sua natureza. Enfatiza que a crise fiscal é parte da lógica do desenvolvimento capitalista: é o capital monopolista que necessita do Estado para cobrir os custos sociais da produção privada.
- e) Offe percebeu que em regimes capitalistas democráticos os governos freqüentemente promoviam a melhoria das condições materiais dos trabalhadores, por meio de políticas públicas e regulações do mercado, o que dificultava o surgimento de uma verdadeira consciência da exploração capitalista entre os trabalhadores.

48- Weber foi um dos principais estudiosos do Estado moderno. Chamou a atenção, em seus escritos, para o processo de racionalização burocrática como um dos aspectos fundadores de um novo tipo de dominação política – denominada “racional-legal”. Indique abaixo a opção que melhor caracteriza o tipo de relação entre a Burocracia e o Parlamento, na Alemanha de seu tempo, a qual ele considerava uma disfunção do sistema político daquele país.

- a) Os burocratas tinham pouco poder político, devido a uma baixa racionalização do aparato administrativo do Estado alemão, e, por conta disso, facilmente se tornavam reféns de políticos populistas e corruptos.
- b) Os burocratas alemães eram muito mais capazes de definir as linhas de ação do Estado alemão que os políticos, o que causava um distanciamento entre as ações do governo e as vontades dos eleitores.
- c) A burocracia se caracterizava pela prevalência de clientelismo e patrimonialismo, enquanto a política partidária era essencialmente dominada por lideranças carismáticas e populistas.
- d) A burocratização teria avançado demasiadamente no aparato estatal mas não o suficiente nas estruturas partidárias, de modo que a racionalização das agências governamentais não encontrava paralelo nos partidos políticos.
- e) A racionalização burocrática consolidou, entre os funcionários do Estado, a ética da convicção, traduzida pelo predomínio de uma visão tecnicista do processo legislativo; já entre os políticos prevalecia a ética das responsabilidades, mais afeita às negociações e soluções de compromisso entre demandas conflitantes. Isso dificultava as relações entre Executivo e Legislativo, gerando conflitos institucionais e paralisia decisória.

49- Um dos principais expoentes da vertente de pensamento conhecida como liberalismo político foi, sem dúvida, John Stuart Mill, ao qual não se pode atribuir a seguinte proposição:

- a) A única justificativa legítima para qualquer ordem política é a plena realização dos direitos do indivíduo, os quais devem ser protegidos contra todo abuso do poder político.
- b) O que faz com que as sociedades mudem é a livre manifestação dos gênios, que se distinguem das massas, cuja principal característica é a conformidade.
- c) A verdadeira liberdade consiste em assegurar ao indivíduo a possibilidade de escolher, manifestar e difundir seus valores morais ou políticos a fim de realizar a si próprio.
- d) A verdadeira liberdade existe unicamente no Estado que, ao mesmo tempo, concretiza a ordem e é portador de um valor ético que se traduz na emancipação e auto-realização do indivíduo.
- e) A burocracia, que a todo tempo se expande, tudo controla e em tudo interfere, representa uma das maiores ameaças que a moderna ordem política impõe à liberdade dos indivíduos.

50- Desde o seu surgimento, o Estado moderno tem desempenhado diversas funções. Marque, entre os enunciados abaixo, o que não constitui função do Estado.

- a) O Estado se define como a instituição que exerce o monopólio legítimo do uso da força ou da coerção organizada. Assim, a primeira função do Estado é a manutenção da ordem e da segurança interna e a garantia da defesa externa.
- b) A menos que se admita a hipótese do poder arbitrário, a manutenção da ordem pelo Estado – a resolução de conflitos, a aplicação da justiça, a imposição de sanções – exige regras estabelecidas. Assim, é função do Estado o ordenamento jurídico das interações coletivas.
- c) Como suas atividades, por definição, não são auto-sustentáveis, é função do Estado estabelecer e cobrar tributos dos que vivem sob seu domínio e administrar os recursos obtidos dessa forma.
- d) Cabe ao Estado exercer uma função social, expressa no seguinte enunciado: “independentemente da sua renda, todos os cidadãos, como tais, têm direito a ser protegidos, de alguma maneira, contra situações de vulnerabilidade de longa duração (velhice, invalidez) ou de curta duração (doença, maternidade, desemprego)”.
- e) Visando manter a estabilidade social e reduzir o conflito político, é função do Estado prover a maximização da eficiência do sistema econômico mediante a planificação, a regulamentação econômica e a intervenção pública em sustentação à iniciativa privada.

51- Logo após a segunda guerra mundial, os chamados Estados de Bem-Estar Social (*welfare state*) tiveram seu apogeu. A partir da década de 70, iniciou-se a crise desse modelo de regulação sócio-econômica, a qual se desenrola até os dias de hoje. Indique qual das opções abaixo contém o fator que está no cerne da explicação tanto para o sucesso quanto para a crise desse modelo de Estado.

- a) O êxito foi determinado pela democracia política, que permitiu a inclusão de todos os grupos sociais, políticos, econômicos, culturais e étnicos aos sistemas políticos nacionais. No entanto, gradativamente, o regime democrático perdeu sua legitimidade frente aos eleitores na medida em que a demasiada alternância de poder, que se observou nesses países, restringiu a coerência das políticas públicas, causando prejuízos à sociedade.
- b) O êxito foi determinado pela racionalização da burocracia, que possibilitou a prevalência da racionalidade técnica sobre a racionalidade política, expandindo a capacidade de intervenção eficaz do Estado na economia. Entretanto, a longo prazo, a prevalência da técnica sobre a política levou ao progressivo afastamento das ações dos governos em relação às vontades dos eleitores, representadas pelos políticos, e ao aumento do ceticismo em relação à vida política.
- c) O êxito foi determinado pelas políticas redistributivas nos planos social e econômico, que consolidaram a legitimidade dos regimes democráticos e da economia de mercado. Porém, o prolongamento dessas políticas levou à perda de dinamismo econômico, à crise fiscal e à inflação, que marcam ainda hoje muitos países europeus.
- d) O êxito foi determinado pela homogeneidade cultural, política e econômica dos países europeus, que tornava politicamente mais fácil a legitimação de políticas redistributivas. Entretanto, com o aumento da imigração, e da heterogeneidade étnica e cultural, dela resultante, tais políticas foram progressivamente percebidas como ilegítimas.

- e) O êxito foi determinado pela existência de uma cultura socialista democrática bastante disseminada nas sociedades européias desde o final do século XIX, a qual estimulava a cooperação e o compromisso entre as classes. Com a crise do socialismo real, a partir da segunda metade dos anos 80, e sua derrocada em 1989 devido à queda do Muro de Berlim, os partidos de orientação socialistas se enfraqueceram politicamente e a legitimidade de suas propostas foi fortemente abalada.

52- O neo-institucionalismo é uma vertente do pensamento político que ganhou expressão ao longo da década de 80. Entre os enunciados abaixo, assinale a opção incorreta.

- a) As instituições são importantes elementos na compreensão do comportamento individual e da ordem social na medida em que afetam as expectativas que os atores têm sobre o curso de ação que os demais possivelmente escolherão em reação às suas próprias ações.
- b) As dimensões a serem exploradas no estudo das instituições são: a divisão de trabalho; os procedimentos regulares; a racionalidade das alternativas; a especialização; as jurisdições; a delegação; o monitoramento; e os graus de oligarquização.
- c) Kenneth Arrow deu uma das mais importantes contribuições ao estudo das decisões nas instituições parlamentares ao chamar a atenção para o problema das maiorias cíclicas, ou seja, para a impossibilidade de obtenção de decisões estáveis ao longo do tempo, devido à intransitividade no ordenamento das preferências individuais.
- d) Um dos problemas focalizados pelas análises neo-institucionalistas é a relação agente-principal, em que é alto o risco de que os indivíduos, aos quais foi delegada autoridade para realizar certos objetivos (agente), utilizem esse poder em proveito próprio e em prejuízo de quem lhes delegou a autoridade (principal). Para evitar isso, as instituições devem exercer uma tarefa de monitoramento dessa relação.
- e) Sob a perspectiva neo-institucionalista, uma instituição consiste em uma divisão de atividades, um grupo de indivíduos e a correspondência das atividades com os indivíduos, de modo que um subgrupo tenha jurisdição sobre uma atividade específica.

53- Indique qual dos enunciados a seguir expressa mais corretamente o conceito de “insulamento burocrático”.

- a) Estabelecimento de mecanismos formais para a representação de interesses no interior do aparato burocrático, com vistas a tornar transparentes os canais de influência de interesses particulares sobre as decisões governamentais.
- b) Eliminação de todas as formas de contato entre decisores públicos e representantes de grupos sociais, para que as ações de governo espelhem apenas os interesses gerais da sociedade.
- c) Eliminação de procedimentos burocráticos desnecessários, com vistas a dinamizar o processo decisório governamental.
- d) Mecanismos de qualificação e treinamento dos funcionários públicos, a fim de capacitá-los para o exercício de tarefas complexas.
- e) Estabelecimento de barreiras para bloquear pressões partidárias e personalísticas para a distribuição de recursos necessários à eficácia do processo de decisão e implementação de políticas governamentais.

54- Foram criados pelo Acordo de Bretton Woods:

- a) o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt.
- b) o Fundo Monetário Internacional-FMI e a Organização Mundial do Comércio-OMC.
- c) o Fundo Monetário Internacional-FMI e o Banco Mundial-BIRD.
- d) o Banco Mundial-BIRD e o Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt.
- e) o Banco Mundial-BIRD, o Fundo Monetário Internacional-FMI, o Acordo Geral de Tarifas e Comércio-Gatt e o Banco para Compensações Internacionais-BIS.

55- Ao analisar a lógica da ação coletiva, Mancur Olson constata que, ao contrário do que supunham muitos dos pensadores clássicos e modernos, a participação política não é um ideal dos indivíduos. Marque a opção que não expressa o pensamento deste autor.

- a) Embora a participação não seja um ideal, os indivíduos acabam se mobilizando para obter os bens públicos, pois receiam ser excluídos dos seus benefícios caso não o façam.
- b) Devido aos custos de coordenação e à tendência dos indivíduos a buscar vantagens particulares, os grandes grupos tendem a ter uma provisão subótima de bens públicos.
- c) A decadência política e econômica de muitas das sociedades contemporâneas deve-se à hipertrofia do poder dos pequenos grupos.
- d) Quando agregados, nem sempre os interesses privados conduzem ao bem coletivo: isso depende do tamanho dos grupos e da sua capacidade de mobilização.
- e) Indivíduos racionais nem sempre encontram estratégias adequadas à consecução dos bens públicos, por isso tornam-se necessários os incentivos à participação.

56- Num dos trabalhos mais importantes da sociologia política brasileira, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso criou o conceito “anéis burocráticos”. Entre as opções abaixo, aponte a que representa mais apropriadamente este conceito.

- a) “(...) quanto menos se considera a organização com relação ao futuro da carreira, mais contam os contatos pessoais como meio de promoção. Ademais, depois de algumas mudanças entre diferentes órgãos, todo burocrata pertence a uma rede de ex-colegas de trabalho, agora distribuídos pelo aparato de Estado, com os quais pode contar para informação e apoio. A circulação, portanto, cria não apenas o desejo como também a oportunidade para a política pessoal”.
- b) “(...) um sistema de representação de interesses no qual as unidades constitutivas são organizadas em número não-especificado de categorias múltiplas, voluntárias, competitivas, não-hierarquicamente ordenadas e auto-determinadas (em termos do tipo ou escopo de seus interesses), que não são especialmente licenciadas, reconhecidas, subsidiadas, criadas ou controladas de qualquer forma em seus processos de seleção de lideranças ou articulação de interesses pelo Estado e que não exercem um monopólio na atividade de representação em suas respectivas categorias”.
- c) “(...) um sistema de representação de interesses em que as unidades constitutivas estão organizadas em um número limitado de categorias singulares, compulsórias, não-competitivas, hierarquicamente ordenadas e funcionalmente diferenciadas, reconhecidas ou permitidas (senão criadas) pelo Estado e que têm a garantia de um deliberado monopólio de representação dentro de suas categorias respectivas, em troca da observância de certos controles na seleção de líderes e na articulação de demandas e apoios”.
- d) “(...) um processo sócio-político específico no qual organizações representando interesses funcionais monopolísticos se engajam em trocas políticas com agências estatais para definir políticas públicas que envolvem essas organizações, e assumem um papel que combina a representação de interesses e a implementação da política via delegação auto-imposta”.

e) “(...) uma teia de cumplicidades mais difusas (que os *lobbies*), mais orientada para relações e lealdades pessoais que tornavam cúmplices desde o vereador, o deputado, o funcionário de uma repartição fiscal, o industrial, o comerciante ou o banqueiro, até o ministro, quando não o próprio presidente. A ‘burocracia’ funcionava, portanto, como parte de um sistema mais amplo e segmentado: não existindo eficazmente partidos e classes, (...) os interesses organizavam-se em círculos múltiplos (...) que cortavam perpendicularmente e de forma multifacética a pirâmide social, ligando em vários subsistemas de interesse e cumplicidade segmentos do governo, da burocracia, das empresas, dos sindicatos etc.”.

57- Por motivos geográficos, culturais, históricos e políticos, vigorou no Brasil, durante muitas décadas, um federalismo de direito, mas não de fato. Esta situação vem sendo alterada gradativamente desde 1988, porém há diversos aspectos ainda não consolidados no pacto federativo brasileiro. Sobre a questão do federalismo no Brasil, marque a opção incorreta.

- a) O pacto federativo brasileiro poderia ser beneficiado pela formação e fortalecimento de partidos regionais, capazes de introduzir maior transparência e competitividade no processo político, e de opor-se às tradicionais coalizões entre oligarquias decadentes e grupos corporativos que se beneficiam da centralização política e administrativa.
- b) A dimensão continental do país é um elemento estrutural e cultural importante na definição das funções do Estado, exigindo o fortalecimento das funções de integração que dão visibilidade, poder e influência ao poder central, também chamado de União.
- c) O Brasil é o único país do mundo no qual o município foi constitucionalmente consagrado como “entidade federativa”, o que traz diversas implicações práticas, ainda não resolvidas, quanto ao exercício do princípio da autonomia financeira e de autogoverno.
- d) As relações entre as diversas instâncias devem pautar-se pelo princípio da subsidiariedade, que determina que sempre que uma determinada função puder ser exercida pela instância hierarquicamente inferior, não deverá ser assumida pela que lhe está acima.
- e) Um dos aspectos mais delicados do debate sobre o pacto federativo no Brasil é o sistema de representação regional na Câmara dos Deputados, já que a sub-representação penaliza os estados economicamente mais poderosos, enquanto a super-representação tende a privilegiar de maneira muito desigual os estados de grandes espaços, população rarefeita e baixo desenvolvimento econômico.

58- Nos anos 80 e 90, o Brasil experimentou diferentes modelos institucionais de articulação entre Estado e sociedade nos processos de formulação, decisão e implementação de políticas setoriais. Entre as opções abaixo, indique qual apresenta corretamente uma dessas experiências.

- a) A criação do Conselho de Desenvolvimento Econômico-CDE, no governo de Itamar Franco, composto por representantes do governo e do empresariado e responsável pelo planejamento das principais linhas de atuação do Estado para fomentar o desenvolvimento econômico.
- b) A criação da Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, órgão da Presidência da República que conta com a participação formal de representantes do governo e da sociedade civil – trabalhadores e empresários – e que se encarrega de formular e de decidir sobre medidas de incentivo ao comércio exterior.
- c) A criação do Grupo Executivo da Indústria Siderúrgica, no governo de José Sarney, que contava com a participação de empresários e trabalhadores do setor siderúrgico nacional, além de representantes de órgãos e empresas do Governo Federal, e que se incumbia da definição de programas de investimento público e privado, e do estímulo à competitividade da indústria siderúrgica.
- d) A criação da Câmara Setorial da Indústria Automotiva, no governo de Collor de Melo, composta por representantes de sindicatos patronais e de trabalhadores e de órgãos governamentais nas três esferas administrativas, e que tinha o propósito de elaborar acordos envolvendo investimentos públicos e privados, políticas de proteção e estímulo ao emprego e modernização tecnológica do setor automotivo nacional, entre outros.
- e) A reforma do Conselho Monetário Nacional-CMN, no governo de Fernando Henrique Cardoso, quando esse passou a ser composto por representantes do governo (ministros da Fazenda e da Secretaria de Planejamento e presidente do Banco Central) e da sociedade (representantes da Federação Brasileira das Associações de Bancos-FEBRABAN, da Associação Nacional dos Bancos de Investimento-ANBID e da Associação Brasileira de Bancos Comerciais e Múltiplos-ABBC), além dos bancos federais (Caixa Econômica Federal-CEF e Banco do Brasil-BB) e regionais (Banco da Amazônia e Banco do Nordeste do Brasil).

59- O NAFTA-Acordo de Livre Comércio da América do Norte, o Mercosul-Mercado Comum do Sul e a União Européia representam três estágios diferentes de processos de integração regional – a Área de Livre Comércio (ALC), a União Aduaneira (UA) e o Mercado Comum (MC). Entre as opções abaixo, escolha a que caracteriza corretamente um desses três conceitos.

- a) Uma ALC é uma forma de integração comercial entre um número qualquer de países na qual os países-membros eliminam todas as barreiras ao comércio intra-bloco de bens e serviços, como tarifas e barreiras não-tarifárias. Os membros de uma UA eliminam todas as barreiras ao comércio de bens e serviços intra-bloco e estabelecem uma estrutura de proteção comum para produtos e serviços produzidos por países de fora do bloco. Já os membros de um MC eliminam todas as barreiras comerciais incidentes sobre bens e serviços produzidos por países-membros do bloco, criam um conjunto uniforme de barreiras contra produtos e serviços produzidos fora do bloco e estabelecem o livre movimento de trabalho e capital entre as fronteiras nacionais.
- b) Uma UA é uma forma de integração comercial entre um número qualquer de países na qual os países-membros eliminam todas as barreiras ao comércio intra-bloco de bens e serviços, como tarifas e barreiras não-tarifárias. Os países que compõem uma ALC eliminam todas as barreiras ao comércio de bens e serviços intra-bloco e estabelecem uma estrutura de proteção comum para produtos e serviços produzidos por países de fora do bloco. Já os membros de um MC eliminam todas as barreiras comerciais incidentes sobre bens e serviços produzidos por países-membros do bloco, criam um conjunto uniforme de barreiras contra produtos e serviços produzidos fora do bloco e estabelecem o livre movimento de trabalho e capital entre as fronteiras nacionais.

- c) Um MC é uma forma de integração comercial entre um número qualquer de países na qual os países-membros eliminam todas as barreiras ao comércio intra-bloco de bens e serviços, como tarifas e barreiras não-tarifárias. Os membros de uma UA eliminam todas as barreiras ao comércio de bens e serviços intra-bloco e estabelecem uma estrutura de proteção comum para produtos e serviços produzidos por países de fora do bloco. Os membros de uma ALC eliminam todas as barreiras comerciais incidentes sobre bens e serviços produzidos por países-membros do bloco, criam um conjunto uniforme de barreiras contra produtos e serviços produzidos fora do bloco e estabelecem o livre movimento de trabalho e capital entre as fronteiras nacionais.
- d) Uma ALC é uma forma de integração comercial entre um número qualquer de países na qual os países-membros eliminam todas as barreiras ao comércio intra-bloco de bens e serviços, como tarifas e barreiras não-tarifárias. Os membros de um MC eliminam todas as barreiras ao comércio de bens e serviços intra-bloco e estabelecem uma estrutura de proteção comum para produtos e serviços produzidos por países de fora do bloco. Já os membros de uma UA eliminam todas as barreiras comerciais incidentes sobre bens e serviços produzidos por países-membros do bloco, criam um conjunto uniforme de barreiras contra produtos e serviços produzidos fora do bloco e estabelecem o livre movimento de trabalho e capital entre as fronteiras nacionais.
- e) Uma UA é uma forma de integração comercial entre um número qualquer de países na qual os países-membros eliminam todas as barreiras ao comércio intra-bloco de bens e serviços, como tarifas e barreiras não-tarifárias. Os membros de um MC eliminam todas as barreiras ao comércio de bens e serviços intra-bloco e estabelecem uma estrutura de proteção comum para produtos e serviços produzidos por países de fora do bloco. Os membros de uma ALC eliminam todas as barreiras comerciais incidentes sobre bens e serviços produzidos por países-membros do bloco, criam um conjunto uniforme de barreiras contra produtos e serviços produzidos fora do bloco e estabelecem o livre movimento de trabalho e capital entre as fronteiras nacionais.

60- Um dos temas atuais que mais tem atraído a atenção dos analistas refere-se à dimensão política do desenvolvimento econômico no mundo globalizado. Entre as opções abaixo, indique aquela que não representa a visão professada pelos organismos multilaterais de crédito e comércio a respeito da relação entre globalização, processos políticos nacionais e desenvolvimento econômico.

- a) A globalização econômica corresponde à expansão dos processos de internacionalização da produção, de comercialização e de intermediação financeira que tiveram início após a Segunda Guerra Mundial. Podem se beneficiar desses processos todos os países que adotarem medidas políticas e econômicas liberais, entre as quais se destacam: abertura de mercados às importações; diminuição da participação do Estado como produtor de bens para o mercado e reforço de seus papéis como regulador da atividade econômica; desregulamentação da economia; defesa da concorrência; fortalecimento do sistema de preços; criação de incentivos para o aumento da eficiência e da eficácia das ações governamentais; adoção de mecanismos para aperfeiçoar a fiscalização e o controle social e político sobre a administração dos recursos públicos; criação e reforço de políticas de melhoria do capital humano e do capital social; reforma das instituições responsáveis pela garantia dos contratos, da propriedade privada e da segurança nacional (Poder Judiciário, polícia e forças armadas).
- b) Em suas vertentes comercial, produtiva e financeira, a globalização é do interesse de todos os países, na medida em que estiver assentada em regras universais e não-discriminatórias. Os países pobres e os em desenvolvimento devem adotar uma política econômica que estimule a adaptação das empresas e dos indivíduos à realidade econômica que emerge da internacionalização. Assim, adaptar-se à globalização requer a concentração dos investimentos e do capital humano nos setores em que cada país dispõe de vantagens comparativas, ou seja, onde sejam maiores os retornos para os recursos escassos disponíveis para investimento. Desde que as políticas fiscal, monetária e cambial estimulem o equilíbrio nas transações internas e externas do país, a transição para um modelo de economia aberta e integrada poderá ser feita sem maiores atropelos, preservando-se a estabilidade política e a econômica.
- c) A corrupção, o clientelismo, a baixa institucionalização e a reduzida independência dos mecanismos de representação de interesses (partidos, sindicatos) em relação ao Estado; a falta de garantias à propriedade privada e à validade dos contratos; a morosidade do processo judiciário e a baixa universalidade na aplicação da lei são deficiências típicas dos países pobres e em desenvolvimento. Em si mesmas são entraves ao desenvolvimento econômico e suas consequências se tornam mais graves diante do aprofundamento do processo de internacionalização econômica (globalização) iniciado após a Segunda Guerra.
- d) Os países hoje considerados ricos desenvolveram-se numa época em que o capitalismo era marcado pela baixa mobilidade do capital entre os países e admitia a ênfase no mercado interno. O momento atual do sistema capitalista, caracterizado pela elevada mobilidade do capital produtivo e financeiro, estimula os países pobres e os em desenvolvimento a utilizarem a poupança estrangeira para acelerar o desenvolvimento. Assim, estes permitem que empresas estrangeiras se instalem em seus territórios para produzir bens e serviços para exportação e incentivam a entrada de capital financeiro em suas economias, os quais se interessam apenas em tirar proveito do diferencial de taxas de juros. Desta forma, o desenvolvimento econômico na atualidade depende ainda mais de Estados fortes, capazes de formular e implementar um projeto soberano de desenvolvimento de longo prazo, o qual deve necessariamente envolver a ênfase no desenvolvimento nacional “voltado para dentro”, como fizeram os países europeus, asiáticos e até mesmo os Estados Unidos.
- e) Antes mesmo do início do atual processo de globalização, o desenvolvimento econômico já requeria estabilidade econômica e política, preferencialmente sob a democracia. Os países pobres e os em desenvolvimento têm dificuldades para se adaptar às exigências contemporâneas do desenvolvimento justamente porque neles se observam indícios claros de instabilidade econômica e política, entre outros: baixo grau de universalização das leis; reduzidas garantias ao direito de propriedade; índices insuficientes de investimento em capital humano e social; baixa institucionalização política; alto grau de personalismo; inexistência ou insuficiência de mecanismos de controle da administração pública; inexistência ou insuficiência de mecanismos que elevem os graus de eficácia e eficiência na gestão dos recursos públicos.